



**Reunião Ordinária da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

30.06.2010

Acta número dois/2010

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dez, com início pelas dezoito horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a segunda reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

1. Período antes da ordem do dia.-----

Ordem do dia: -----

1. Informação do Conselho Executivo, nos termos da alínea c), do Artº 13º, da Lei 45/2008, de 27 de Agosto -----

2. QREN – Ponto de situação-----

3. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Estiveram presentes na reunião os membros eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente acta, da qual faz parte integrante. A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia informou os presentes que o deputado Gonçalo Oliveira não pôde comparecer à reunião, estando a sua falta justificada. -----

Esteve ainda presente o Vice - Presidente do Conselho Executivo da CIMT, a Secretária Executiva, Sónia Santos, Teresa Taborda, Elizabeth Torres, Sofia Afonso e Cristina Diogo que secretariaram a reunião. -----

Antes de iniciar a reunião a Presidente da Mesa da Assembleia referiu que foi distribuído por todos os presentes uma minuta, onde é colocada a questão Município, informando por força da situação económica Município sendo imputados os prejuízos da mesma à CIMT e que por a CIMT ser sócio da Município obriga a existência de um Revisor Oficial de Contas, pelo que se propõe a alienação das ações da mesma, apresentando aos presentes este ponto na ordem de trabalhos. Foi aprovado com 33 deputados presentes, passando a constituir o ponto n.º 1 da

Ordem de Trabalhos.-----

Iniciada a reunião, a Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo deu início aos trabalhos para cumprimento da Ordem de Trabalhos. -----

Foi presente cópia da acta da reunião de 31 de Março de 2010, anexa à presente acta, da qual faz parte integrante, com as rectificações introduzidas pelo João Simões e Paulo Constantino. -----

João Moura apresentou uma rectificação à acta.-----

Ana Coelho referiu existir um grau de imprecisão na acta relativamente ao Relatório de Gestão.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia solicitou aos presentes que as possíveis correcções fossem remetidas por email para a CIMT. A mesma foi aprovada por unanimidade, com 32 deputados presentes na sala **com as integrações a fazer. De seguida a Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia propôs a ordenação dos documentos e moções apresentadas.**-----

1. Período antes da ordem do dia. -----

Ana Coelho apresentou uma moção sobre os Mega Agrupamentos, a que se chamou Moção A, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

Ana Coelho propôs **em conjunto com Luís Silva** que os Municípios peçam a suspensão do processo, não se pondo em causa a reorganização em si, mas a forma como tem sido dirigido o processo.-----

João Simões mostrou estranheza uma vez havendo uma resolução do Conselho de Ministros é incompreensível a forma como vai ser discutida a Lei.-----

Afirmou que estamos a assistir a uma concentração na educação que se vai pagar caro. Apelou à reflexão dos deputados uma vez que estamos subjugados a um conjunto de ideólogos de Lisboa, e que se deve protestar a favor as zonas mais desprotegidas do país.-----

Henrique Leal **partilha com o apresentado na moção, bem como com a** opinião de João Simões, e afirmou que um dos objectivos estratégicos a que pertencemos é a promoção da acção educativa de excelência e da formação. Sugeriu a CIMT promover um encontro entre escolas do Médio Tejo para que os alunos pudessem visitar outros colegas da região.-----

Hugo Cristóvão referiu que no essencial há uma precipitação por parte da DREL, devendo os órgãos ser consultados para que as coisas não fossem impostas desta forma. Referiu a necessidade desta Moção ser aprovada para que em Lisboa entendam que é preciso dialogar.-----

Luis Silva referiu que a rede escolar tal como está não está bem, há a necessidade de **uma** reorganização da mesma.-----

Paulo Macedo manifestou a incompreensão desta situação. O que se formou em 4 anos conjuntamente com **Associação de Pais**, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, ao fim de menos de 1 ano está a ser tudo posto em causa. Mais disse que a carta foi aprovada à pressa. **Está a pôr-se tudo em causa.**-----

Silvestre Pereira deu o seu apoio a esta Moção e referiu que no concelho de Alcanena foi aprovada por unanimidade.-----

Rui Pichiochi manifestou concordância com a Moção.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia propôs a votação do documento. O mesmo foi aprovado por unanimidade, com 32 membros presentes.-----

Ana Coelho solicitou que fosse dado conhecimento deste documento às diversas entidades, tendo Paulo Macedo relembrado a importância do documento ser enviado para o Conselho das Escolas.-----

Henrique Leal apresentou uma moção sobre a REFER, a que se chamou Moção B, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

Explicou a Moção e referiu a surpresa e choque com que todos ficaram perante a situação do [levantamento do estaleiro para a reconversão da linha do norte no Entroncamento foi retirado](#). Mais disse que o Entroncamento foi quem se sentiu mais lesado, uma vez que a linha do Norte é a espinha dorsal dos caminhos-de-ferro.-----

José Baptista mostrou o seu desagrado relativamente aos cortes dos transportes para a linha do Norte, referindo que o projecto de desnivelamento de algumas passagens foi suspenso, e a estação do Entroncamento permanece sem alterações, concluindo que esta é uma questão política que parte da REFER. Mostrou o seu apoio à referida Moção.-----

Rui Pichiochi questionou o autor da proposta acerca de como soube que o Governo iria aderir adiar o investimento. Se for assim estaria de acordo com a moção.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia referiu que existem estaleiros que foram levantados com a informação que a obra estava cancelada por falta de verba.-----

Luis Silva referiu que as verbas das Autarquias são poucas e que era importante perceber o que é relevante. Manifestou-se contra a Moção.

Rui Gonçalves comentou que a estação de caminhos de ferro do Entroncamento foi a única que não foi remodelada na linha do Norte, apesar de ter mais movimento do que qualquer outra entre o Porto e Lisboa.-----

Ramiro Silvestre apoiando a Moção referiu que o apeadeiro da Lamarosa foi feito com dinheiros comunitários e no entanto foi encerrado.-----

Paulo Constantino [manifestou preocupação relativamente aos próximos anos, nomeadamente a nível de melhorias da linha do Norte](#). Contudo, abstem-se na mistura da questão do PEC com a Linha do Norte, porque são duas componentes.

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia propôs que fosse retirado o 1º parágrafo da Moção e [a mesma foi aprovada com a retirada do respectivo parágrafo](#), por maioria, com 5 abstenções do PS, 27 votos a favor, com 32 membros presentes na sala.-----

João Simões apresentou uma moção sobre a A23, a que se chamou Moção C e foram apresentadas mais duas relativamente ao mesmo assunto a que se chamaram D e E.-----

João Simões referiu que a A23 tem troços diferenciados, tendo sido o 1º construído anteriormente ao âmbito das scut, nada tendo a ver com portagens. Mais disse que o Governo está a pensar portagiar esse troço porque considera que Torres Novas e Vila Nova da Barquinha irão ter isenção. O restante problema da A23 vai contribuir com dificuldades da região. Referiu ainda a A23 é atravessada por concelhos que têm problemas sócio-económicos.-----

Rui Gonçalves sugeriu unir as três moções num só documento uma vez que os pressupostos são os mesmos.-----

Mais disse que a A23 destruiu grande parte das alternativas que existiam no concelho de Castelo Branco.-----

Rui Ferreira mostrou concordância na união das três Moções uma vez que no processo das auto estradas ou scuts não se faz qualquer planeamento.-----

Questionou como é que o trânsito nacional irá passar por dentro de Municípios como Vila Nova da Barquinha, Abrantes, Constância ou Entroncamento e referiu haver muita inconsistência e incompetência neste sentido e é um reflexo da situação de doença que o país atravessa.-----

Hugo Cristóvão mostrou-se favorável à união das três Moções e comentou que não é contra o princípio do utilizador pagador, pensa que parece justo pagarem todos ou não pagarem nenhuns, mas não é. Quanto à A23 elimina estradas existentes, logo não pode ser favorável a portagens. -----

João Moura comentou a preocupação das vias alternativas cortadas para quem se desloca de Fátima para Lisboa por exemplo.-----

João Simões solicitou que se incluísse Portalegre no n.º 3.-----

Paulo Constantino referiu haver troços em Castelo Branco que foram cortados com a A23, e a questão do utilizador pagador não faz sentido [no interior, em termos de turismo e desenvolvimento](#).-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia propôs que se reunisse uma comissão para redacção de um documento conjunto a partir das três Moções sobre a A23.-----

Passou-se à votação dos 3 documentos conjuntamente, e o mesmo foi aprovado por maioria com 26 votos a favor e 6 abstenções, com 32 membros presentes na sala.-----

[João Moura alertou para o problema no IC, no lugar de Chã das Maças, que deverá ser apresentado pela CIMT](#).-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia informou os presentes que lhe foi dirigida uma exposição da Secretária Executiva da CIMT, sobre a Reunião da Assembleia anterior, relativamente à sua nomeação e remuneração. Referiu que fora uma decisão tomada com base na proposta do Conselho Executivo da CIMT, não podendo ser analisada sem que haja informação do Conselho Executivo.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia questionou o Vice-Presidente da CIMT se queria usar da palavra. [O Vice Presidente dispôs-se a dar qualquer informação acerca deste assunto caso o desejassem](#).-----

Ramiro Silva sugeriu que houvesse um ponto para discutir a saúde no Médio Tejo, o que não foi considerado. Mais disse, que se há matérias que se devem debater, a questão da saúde é uma delas.-----

Comentou ainda que no Médio Tejo devemos ter uma visão global, e que isto era uma matéria em que nos deveríamos debruçar, lamenta que isso não tenha acontecido.-----

[O Vice-Presidente informou que está pedida uma entrevista com a Ministra da Saúde](#).-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia referiu que esse ponto irá ser analisado numa outra reunião.-----

[Nesta altura os deputados do Sardoal informaram que iriam abandonar a sessão por motivo de terem de estar presentes na Assembleia Municipal do Sardoal](#).-----

Ordem do dia: -----

1. Minuta 8.1 Municípa – Ponto de Situação – Participação da CIMT na empresa

Foi presente cópia de uma minuta da deliberação do Conselho Executivo, visando a autorização prévia da alienação da participação da CIMT na Municípa, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.-----

Depois de analisada, a proposta foi aprovada por unanimidade, estando presentes 27 deputados na sala.-----

2. QREN – Ponto de Situação-----

Foi presente cópia do documento em power point a ser apresentado, anexa à presente acta da qual faz parte integrante.-----

O Vice Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo iniciou por dizer que está preparado um trabalho que vais ser apresentado pela Técnica Sónia Santos, presente na reunião.-----

Nesta altura da reunião, o deputado Rui Pichiochi devido a outros compromissos ausentou-se da reunião.-----

A Técnica Sónia Santos fez a apresentação do QREN Salientando que:-----

- ✓ O valor da Contratualização para as Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul para o período de referência 2007-2013 é de 69.266.621€, cabendo ao Médio Tejo 58.890.638€.-----
- ✓ Até ao momento, 35 candidaturas municipais encontram-se aprovadas, correspondendo a um montante FEDER de 27.883.316€.-----

✓ Ao nível da execução, foram analisados e validados 29 pedidos de pagamento no montante global FEDER de 6.157.586€.

A Técnica após a exposição do ponto de situação do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global – Contratualização – celebrado entre as CIM MT e PIS e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, apresentou os projectos intermunicipais em que a CIMT tem um papel fundamental enquanto promotora dos mesmos. Referiu que os projectos “Médio Tejo – Gestão em SIG” e “Afirmção Territorial do Médio Tejo” tinham sido apresentados no âmbito da Contratualização e que se aguardava a sua aprovação pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro. Fora da contratualização deu conhecimento que o projecto “Transporte a Pedido” já se encontrava aprovado pelo Programa Operacional de Valorização do Território. O projecto “Educação de Excelência no Médio Tejo” que visa a aquisição de quadros interactivos, videovigilância e redes de área local para as escolas de 1º ciclo, no valor global de investimento de 246.480,00€, com uma comparticipação FEDER de 184.860,00€, foi igualmente aprovado, enquanto o projecto “Rede Urbana do Médio Tejo – 5 Castelos, 5 Rios” aguardava aprovação.

Por fim, concluiu que os projectos intermunicipais ascendiam a um valor global de investimento de 14.074.729,01€, o que correspondia a uma comparticipação FEDER de 9.674.515,15€.

João Simões questionou ao Conselho Executivo a que fonte de financiamento recorre e em que condições para a diferença entre o financiamento e o valor global de investimento.

João Moura comentou que a contratualização está muito aquém das expectativas uma vez que está muito baixa, referindo que esta é a ultima oportunidade que o país tem. Mais disse que a taxa foi de 11,8% do QREN nem parecendo que estamos num país a precisar de dinheiro e em época de crise.

Rui Gonçalves lembrou que estamos já a metade do tempo do QREN sendo a taxa de execução baixíssima, perguntou se há capacidade dos municípios e da CIMT de conseguirem esgotar o dinheiro neste QREN. Mais disse que as Câmaras Municipais se têm endividado à custa do QREN, os investimentos estão feitos, mas o dinheiro do QREN não vem. Renovou a pergunta ainda da capacidade dos Municípios e da CIMT de fazerem escoar este dinheiro que foi atribuído.

Paulo Macedo questionou relativamente à construção de novos Centros Escolares quantos na área do Médio Tejo estão integrados nas candidaturas no Mais Centro, uma vez que há informação da parte do Programa operacional em Fevereiro de 2010, havia 167 financiados pelo FEDER no global. Outra questão é saber que aqueles municípios que se tinham candidatado não através do QREN e que estão em situação irregular podem ser reafectos novamente ao QREN.

Referiu que o correcto seria aproveitar o QREN para a execução de Centros Escolares a fim de evitar o encerramento de escolas.

Silvestre Pereira afirmou que gostaria de perceber as causas do atraso desta realização, uma coisa é ter dificuldades administrativas para o desbloqueamento do pagamento de verbas, outra é o facto de haver uma incapacidade de realização da execução até pelas próprias Autarquias e evidenciar formas de acelerar este processo, uma vez que não está esclarecido sobre este assunto e gostaria de ajuda a perceber este problema.

Rui Ferreira questionou qual é o espaço temporal no Mais Centro entre o pedido de pagamento da CIMT e o pagamento efectivo.

Questionou ainda acerca do discurso do Ministro da Economia quais foram as mudanças no desbloqueamento desta questão.

O Vice Presidente do Conselho Executivo esclareceu as questões solicitadas começando por referir que a origem dos fundos, neste momento, é a participação das Câmaras Municipais, em complemento com os fundos comunitários.

Relativamente à execução das obras financiadas referiu que é baixa, uma vez que nos anteriores quadros comunitários havia um modelo simples, com objectivos definidos e que as aprovações das candidaturas ocorriam em tempo razoável. Mais

elucidou que neste caso foram criadas estruturas destinadas a serem melhores que as anteriores, o que não aconteceu.-----

Esclareceu ainda que o atraso tem a ver com dificuldades de funcionamento da orgânica, ou seja, regras complexas que obrigaram a um enorme trabalho da CIMT, conjuntamente com atrasos de verbas.-----

Referiu que há capacidade para executar o que está na contratualização da CIMT, as Câmaras Municipais têm capacidade de execução até ao final do período estipulado.-----

Acrescentou que foi dito que para centros escolares havia sempre dinheiro.-----

Referiu que temos 23 intervenções de diversos tipos e de um modo geral estão a ser feitas dentro do tempo estipulado.-----

O prazo de concretização entre o pedido de pagamento e o pagamento deveria ser de 8 dias, mas há atrasos. Comentou que a estrutura da CIMT tem que ir a Coimbra para pôr tudo a andar, o que não se percebe muito bem.-----

Silvestre Pereira alertou para todo este processo de candidatura ao QREN, uma vez que houve dois aspectos, um deles foi mudar toda a documentação do QREN, o outro foi ter surgido um novo modelo de contratação pública. [Solicitou para em próximas reuniões pudesse ser colocado este assunto.](#)-----

Paulo Macedo comentou que houve 23 intervenções de centros escolares e a informação que se tem é que 21 milhões dizem precisamente respeito a centros escolares. Houve candidaturas por parte dos Municípios que não foram através do QREN, questionou se poderão fazer parte do QREN.-----

[O Vice-Presidente são montante certo, para os que estão encerrados e a obra acabou não é possível.](#)-----

3. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia da Assembleia verificou não haver público presente na sala.

Não havendo mais assuntos a tratar, pelas 21 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Cristina Maria Ricardo Diogo, para o efeito designada, redigiu e também assina. ----

A Presidente da Assembleia da Comunidade

A Redactora
